

## FACT CHECK

# O que é verdadeiro e falso nas investigações a políticos

MIGUEL FERNANDES LUÍS  
mfluis@dnoticias.pt

## O PS tem um processo por corrupção em quatro municípios



A 7 de Outubro de 2020, a Polícia Judiciária realizou buscas às câmaras municipais do Funchal, Ponta do Sol, Machico e Porto Moniz, todas controladas por figuras do Partido Socialista. Tais diligências foram ordenadas no âmbito de um inquérito a decorrer no Departamen-

to de Investigação e Acção Penal (DIAP) em Lisboa, na sequência de denúncias anónimas recebidas nos anos de 2017 e 2018. Em causa estarão contratos de aquisição de serviços (espectáculos musicais, marketing político e trabalhos gráficos), pelas quatro autarquias que supos-

tamente terão servido para financiar o PS. A investigação está ainda a decorrer e tem a ver com eventuais crimes de participação económica em negócio, corrupção, tráfico de influências e abuso de poder. Aquando das buscas não havia arquivados no inquérito.

*“Rui Barreto foi apanhado em flagrante por receber dinheiro indevido e a grande dúvida é sobre qual a contrapartida para este pagamento”*

**MIGUEL IGLÉSIAS**  
Líder parlamentar do PS sobre a denúncia que fez contra elementos do CDS

## Os processos em curso visam políticos de apenas um partido

Dos processos ainda em fase de inquérito, o mais mediático visa o presidente do Governo Regional e líder do PSD, Miguel Albuquerque. O processo nasceu de uma denúncia do ex-deputado Gil Canha no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) em Lisboa e está a ser investigada a alegada ligação entre a venda da Quinta do Arco (de que Albuquerque é co-proprietário) a um fundo ligado ao Grupo Pestana e a concessão da exploração da Zona Franca à SDM. Em Março passado, realizaram-se buscas a diversos organismos públicos e a casas. Por estes dias, o DIAP deverá também abrir um inquérito ao caso dos

30 mil euros entregues pelo financiador do Chega, César do Paço, a cinco elementos ligados ao CDS-Madeira. O caso foi revelado por uma reportagem da SIC e o líder parlamentar do PS, Miguel Iglésias, anunciou que apresentaria uma denúncia na justiça. O líder centrista madeirense, Rui Barreto, garantiu que os seus pares não cometerem “nenhum crime” e deu a entender que o caso surgiu no âmbito de uma investigação a irregularidades do

partido Chega a nível nacional: “Sabem porque é que eu estou a ser arrolado neste assunto? Porque esse senhor deixou de ser militante do CDS e pessoas próximas a tem ligações ao Chega posteriores a esse momento e a investigação que está no seguimento do Chega e dos financiadores encontram uma interação entre eu e o dr. César do Paço”. Na área socialista, a vereadora Idalina Perestrelo aguarda julgamento

no caso da queda da árvore do Monte, tendo sido pronunciada por 13 crimes de homicídio negligente e 24 crimes de ofensas à integridade física por negligência. Ainda em fase de inquérito no DIAP de Lisboa, encontra-se o já citado processo relacionado com as autarquias do Funchal, Ponta do Sol, Machico e Porto Moniz. Aparentemente sem ligação a este inquérito, em Março de 2020 a Junta de Freguesia de São Pedro, presidida por António Gomes (PS), foi alvo de buscas da PJ na sequência de mandado emanado pelo tribunal da Comarca da Madeira. O caso está relacionado com suspeitas de crimes de prevaricação.

*“O Partido Socialista tem um processo por corrupção activa em quatro municípios. Eu nunca fiz declarações sobre isso, nem me vou pronunciar sobre isso”*

**RUI BARRETO**  
Líder do CDS, em resposta a Miguel Iglésias

## As investigações a políticos madeirenses acabam sempre em nada

Ao longo dos últimos 20 anos, foram vários os inquéritos do Ministério Público e investigações da Polícia Judiciária que culminaram no julgamento de políticos da Região, alguns dos quais acabaram mesmo por ser condenados em tribunal. Até houve dois ex-presidentes de câmaras municipais que cumpriram pena de prisão: Luís Gabriel (Santa Cruz), condenado em Fevereiro de 2000 a 5 anos e meio de prisão por crimes de peculato,

burla e falsificação de documentos; António Lobo (Ponta do Sol), condenado em 2007 a 6 anos de prisão por crimes de prevaricação e corrupção passiva. Outros dois ex-presidentes de autarquias do PSD foram condenados mas com penas suspensas: Carlos Pereira (Santana) em dois processos em 2012 por crimes de prevaricação, sendo que num dos processos o vereador Abel Almada também foi condenado; e Roberto Silva (Porto Santo)



em 2013 no processo da queda da palmeira, no qual foram ainda condenados os vereadores Gina Mendes e José António Vasconcelos. Por sua vez, em Dezembro passado, o ex-deputado José Pedro Pereira (independente) foi condenado a três anos de prisão, com pena suspensa, por burla e falsificação. Em Dezembro de 2012, o antigo director regional de Pescas José Teixeira Ornelas foi condenado pelo crime de abuso

de poder no caso da venda de licenças de pesca a armadores asiáticos. A pena foi pagamento de multa de 2.530 euros ou 166 dias de prisão. Por fim, o ex-deputado Lino Abreu (CDS) foi condenado, em Junho de 2016, a dois anos e meio de prisão pelo crime de corrupção na venda do equipamento de uma empresa falida na Zona Franca. A pena viria a ser suspensa mediante o pagamento de 4 mil euros.